

CAPÍTULO 4

Preconceito contra gênero e diversidade sexual e de gênero em uma universidade pública brasileira: prevalência, o seu reconhecimento, e os efeitos da educação ²⁸

Angelo Brandelli Costa

Rodrigo Oliva Peroni

Eric Seger de Camargo

Andrew Pasley

Henrique Caetano Nardi

Apesar dos vários avanços em direitos humanos relativos à diversidade sexual e de gênero, desde inovações em saúde pública em relação ao HIV/AIDS, mudanças na concepção de leis sobre casamento, criação de políticas públicas que visam a garantir a equidade entre homens e mulheres, até a maior parada LGBT do mundo – a discriminação em relação à diversidade sexual e de gênero ainda é muito presente no Brasil. (MELLO et al., 2012) Por exemplo, políticas educacionais que combatem a discriminação por gênero e sexualidade (GenSex) e garantem direitos LGBT são pontuais e inconsistentes. Notoriamente, em 2011, a presidenta do Brasil anunciou pessoalmente o cancelamento do programa “Escola Sem Homofobia”. Membros/as do Congresso que são também lideranças religiosas se opõem fortemente à progressão de direitos de mulheres e de pessoas LGBT, direcionando a agenda política brasileira no sentido de reforçar o preconceito. (VITAL DA CUNHA; LOPES, 2012)

A presença de discriminação por gênero e sexualidade em instituições de ensino tem sido um fenômeno de interesse acadêmico desde meados dos anos 1980 (para uma compreensão

²⁸ O objetivo desse capítulo é relatar a pesquisa que avaliou o preconceito contra gênero e diversidade sexual e de gênero em na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

do contexto na literatura norte-americana, ver Rankin, 2003). O impacto negativo na qualidade de vida e de educação dos/as estudantes é significativo e bem documentado. (KOSCIW et al., 2013) Entretanto, pesquisas empíricas brasileiras sobre discriminação em relação a gênero e sexualidade são recentes e escassas. Costa et al. (2013) fizeram uma revisão sistemática dos dados disponíveis, incluindo vários estudos em contextos educacionais. Dunbar, Brown e Vuorinen (1973) demonstraram que os/as estudantes brasileiros de ensino superior apresentaram mais atitudes homofóbicas e atribuíram mais características femininas aos homens homossexuais, comparados/as aos/as do Canadá. Além disso, Araújo et al. (2007) observaram a maneira como os/as estudantes percebiam a adoção por casais homossexuais, estratificado por seus cursos/disciplinas. Notavelmente, os/as estudantes de Psicologia tendiam a citar “distúrbios psicológicos” como um resultado possível nas crianças, enquanto estudantes de Direito consideravam “questões de moralidade” como um efeito em potencial.

Em uma pesquisa feita com estudantes de graduação em Teologia por Pereira et al. (2011), preconceito explícito estava associado com fortes crenças morais e éticas sobre a natureza da homossexualidade. Aqueles que tinham uma crença biológica e, especialmente, psicossocial a respeito da natureza da homossexualidade também tinham um viés discriminatório, mas mais sutil. Finalmente, em um estudo com estudantes de pós-graduação em Psicologia e Administração, Fleury e Torres (2007) demonstraram que os/as estudantes tinham maior probabilidade de atribuírem características positivas a heterossexuais do que homossexuais.

Nesse sentido foi realizada uma pesquisa sobre atitudes e crenças relacionadas à orientação sexual e identidade/não conformidade de gênero dirigida ao corpo discente da graduação da UFRGS para mapear o preconceito presente na Universidade. Ela contou com o suporte institucional da Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD) e pelos pesquisadores ligados ao Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero do Instituto de Psicologia com suporte técnico do Centro de Processamento de Dados. O artigo que relata a pesquisa foi originalmente publicado na revista *Sexuality Research and Social Policy* (COSTA et al., 2015).

A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética do Instituto de Psicologia, teve participação voluntária e a confidencialidade garantida pelo sistema de pesquisa on-line disponibilizado pelo Centro de Processamento de Dados.

As/Os participantes responderam a uma versão Revisada da Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero (EPDSG), que é formada por 18 itens com afirmações múltiplas sobre o preconceito contra gays, lésbicas, travestis, transexuais e não conformidade de gênero. (COSTA; BANDEIRA; NARDI, 2015; COSTA et al., no prelo)

Aproximadamente 30% do corpo discente responderam à pesquisa, ou seja, 8184 alunas/os. Houve representação de todos os cursos da Universidade. Para fins de análise, o curso dos participantes foi reclassificado a partir da Tabela de Áreas do Conhecimento da Capes. O curso de Biotecnologia, único na categoria “Multidisciplinar”, foi considerado Ciências Biológicas.

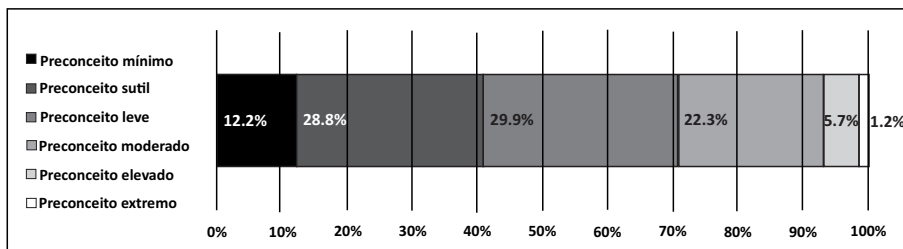
Participante por área do conhecimento

Área do conhecimento	N	n%	N	N%	n residual
Engenharias	1,322	16.15	5,123	18.03	-151
Ciências Agrárias	273	3.33	1,120	3.94	-54
Ciências Exatas e da Terra	785	9.59	2,899	10.20	-33
Ciências da Saúde	1,293	15.80	4,380	15.41	66
Ciências Sociais Aplicadas	2,180	26.63	7,607	26.77	-29
Ciências Biológicas	284	3.47	795	2.79	39
Ciências Humanas	1,246	15.22	4,012	14.12	101
Letras, Linguística e Artes	801	9.78	2,474	8.70	65
Total	8,184		28,410		

Os parâmetros dos itens e dos participantes foram analisados por meio da Teoria de Resposta ao Item (TRI). Os resultados apontaram para a adequação da amostra e das propriedades psicométricas do instrumento, assim como indicaram que os participantes poderiam ser subdivididos em pelo menos seis categorias distintas em relação ao nível de preconceito.

Considerando o universo dos/as respondentes a análise indicou que 12,17% apresentam nível mínimo de preconceito, no entanto, considerando apenas os/as estudantes heterossexuais essa porcentagem cai para 8,09%.

Cabe ressaltar que qualquer valor acima do nível mínimo é preocupante uma vez que escala utilizada na pesquisa avalia o preconceito explícito a partir de afirmativas de extrema sensibilidade como: “Travestis me dão nojo”, “Homens e mulheres deveriam ser proibidos de mudar de sexo”, “O casamento entre mulheres lésbicas deveria ser proibido”, “Sexo entre dois homens é totalmente errado”, etc.



O nível de preconceito variou de acordo com o gênero, a orientação sexual, a prática religiosa e a origem geográfica, ou seja: homens, pessoas heterossexuais, pessoas que declaram ter religião, aquelas/es com prática religiosa alta e naturais de cidades com menos de 100 mil habitantes responderam de forma mais preconceituosa os itens.

Preconceito por grupo sócio demográfico

Grupo	M 0 (SD)	95% CI	<i>p</i>	Tamanho do efeito
Gênero				
Homem	-1.38 (1.31)	[-1.42, -1.33]		
Mulher	-2.12 (1.27)	[-2.16, -2.08]	<.001	.57 ²
Outro/Não sabe 1	-2.32 (1.68)	[-2.72, -1.92]		
Religião				
Sim	-1.34 (1.27)	[-1.39, -1.30]	<.001	.60 ²
Não	-2.13 (1.30)	[-2.16, -2.09]		
Prática Religiosa				
Não praticante	-1.47 (1.22)	[-1.56, -1.39]	<.001	.01 ³
Pouco praticante	-1.39 (1.21)	[-1.44, -1.33]		
Pouco praticante	-1.09 (1.42)	[-1.19, -.99]		
Densidade pop. do local de nascimento				
+ 100,000 habitantes	-1.83 (1.33)	[-1.87, -1.75]	<.001	.10 ²
- 100,000 habitantes	-1.70 (1.35)	[-1.75, -1.65]		

Heterossexual	-1.60 (1.29)	[-1.63, -1.57]		
Não Heterossexual	-2.73 (1.19)	[-2.08, -2.66]	<.001	.91 ²
Não sabe ¹	-2.60 (1.33)	[-2.79, -2.41]		

Notas: 1 - Não utilizado nessa análise, 2 - *d*, 3 - η^2

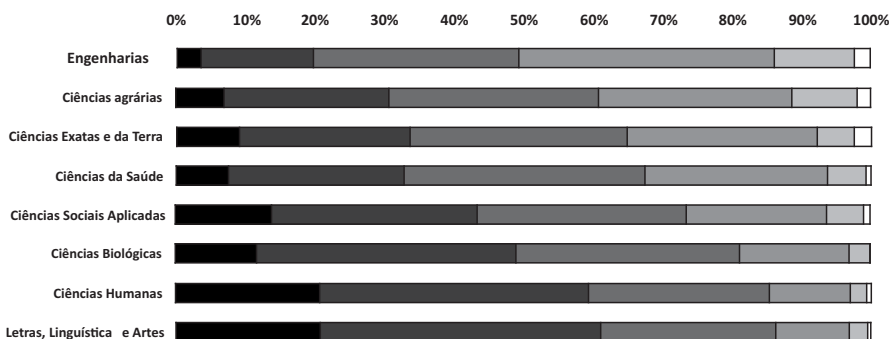
O preconceito também varia de acordo com a denominação religiosa. As pessoas que se declaram pertencentes a religiões de matriz africana, pagãs, neopagãs e asiáticas/orientais apresentam preconceito menor do que a média geral. Chama atenção o nível extremo de preconceito relatado por católicos protestantes.

Preconceito por determinação religiosa

Denominação	n	%	M è (SD)	95% CI
Afro-brasileira (Candomblé, Umbanda, Batuque ou outra)	149	4.17	-2.15 (1.29)	[-2.36, -1.94]
Pagãs ou Neopagãs (Xamanismo, Bruxaria, Wicca ou outra)	21	0.58	-2.14 (.94)	[-2.57, -1.71]
Asiática/oriental (Budista, Hinduísta, Hare Krishna ou outra)	80	2.24	-1.98 (1.36)	[-2.28, -1.68]
Espírita ou Kardecista	624	17.47	-1.82 (1.23)	[-1.92, -1,73]
Judaica	51	1.42	-1.73 (1.51)	[-2.16, -1.31]
Outras	71	1.98	-1.68 (1.21)	[-1.97, -1.39]
Agnósticos	16	0.44	-1.54 (1.13)	[-2.14, -.94]
Católica	2,004	56.13	-1.26 (1.20)	[-1.31, -1.20]
Islâmica	7	0.19	-1.14 (1.53)	[-2.56, .28]
Cristão Outros (sem denominação, ortodoxo, santo daime)	32	0.89	-.85 (1.32)	[-1.32, -.37]

Pentecostal (Assembleia de Deus, Universal do Reino de Deus, 268 Congregação Cristã no Brasil, Evangelho Quadrangular ...)	7.50	-0.61(1.12)	[-.74, -.47]
Mórmon (Igreja de Jesus Cristo dos últimos Dias)	18	0.50	-.18 (.98) [-.67, .30]

A distribuição dos grupos por grau de preconceito varia também de acordo com a área do conhecimento ao qual o/a aluno/a está vinculado/a. Existe uma concentração dos grupos que possuem preconceito extremo e elevado nos cursos das áreas de engenharias, ciências agrárias e ciências exatas. Os grupos com preconceito moderado e baixo se concentram nas ciências da saúde e sociais aplicadas, e os grupos que apresentam preconceito sutil e mínimo é maior nas ciências biológicas, ciências humanas, letras, linguísticas e artes.



	Letras, Linguística e Artes	Ciências Humanas	Ciências Biológicas	Ciências Sociais Aplicadas	Ciências da Saúde	Ciências Exatas e da Terra	Ciências agrárias	Engenharias
■ Preconceito mínimo	20.85	20.71	11.62	13.85	7.58	9.04	6.96	3.93
■ Preconceito sutil	40.32	38.76	37.32	29.50	25.29	24.59	24.18	16.11
■ Preconceito leve	25.22	26.16	32.39	30.05	34.73	31.21	30.04	29.80
■ Preconceito moderado	10.61	11.48	15.49	20.18	26.14	27.26	27.47	36.61
■ Preconceito elevado	2.62	2.25	3.17	5.28	5.57	5.48	9.52	11.50
□ Preconceito extremo	0.37	0.64	-	1.15	0.70	2.42	1.83	2.34

Não há correlação entre o tempo de permanência na universidade e o nível de preconceito.

Ainda, 68,62% dos/as alunos/as da Universidade relataram nunca ter realizado

formação ou assistido alguma aula, palestra ou atividade relacionada a gênero, identidade de gênero, sexualidade ou diversidade sexual na Universidade. Dos que já realizaram formação, 61,64% são de cursos na área de ciências humanas, 42,69% de cursos das ciências da saúde, 34,08% da área de linguística, letras e artes, 30,04% de cursos em ciências sociais aplicadas, 23,59% da área de ciências biológicas, 15,16% de cursos das ciências exatas e da terra, 12,08% da área de ciências agrárias e 7,64% das engenharias.

Preconceito por participação em formação

Disciplinas	% participou de formação	\bar{X} e s.d.	95% CI	p	d
Engenharia	7.64	.45	[.21, .69]	.001	.36
Ciências agrárias	12.08	.74	[.26, 1.22]	.002	.58
Ciências Exatas e da Terra	15.16	.25	[.00, .50]	.04	.18
Ciências da Saúde	42.69	.37	[.24, .49]	< .001	.31
Ciências Sociais Aplicadas	30.04	.80	[.67, .92]	< .001	.60
Ciências Biológicas	23.59	.24	[-.07, .56]	.14	.20
Ciências Humanas	61.64	.35	[.21, .50]	< .001	.27
Letras, Linguísticas e Artes	34.08	.18	[-.01, .36]	.05	.14
Total	31.38	.66	[.60, .72]	< .001	.51

Ter realizado formação na temática apresenta grande efeito na redução do preconceito na amostra geral, no entanto, nas áreas do conhecimento, o efeito dessa formação foi contraditório, indicando que ações coordenadas são necessárias.

Grande efeito foi detectado nas Ciências Sociais Aplicadas e Agrárias. Efeito médio nas Ciências da Saúde e Engenharias. Efeito pequeno nas Ciências Humanas. E não encontramos efeito significativo nas Ciências Exatas, Biológicas e Letras e Artes.

A distribuição do nível de preconceito nas Ciências Exatas e Biológicas foi bimodal. Isso

se deve, provavelmente, a presença nessa categoria de cursos de licenciatura onde as/os alunas/os realizam formação relativa a gênero e sexualidade, junto com o curso de origem, onde não há formação na temática. Dessa forma, por essa razão, o efeito da formação pode ter ficado mascarado nessas categorias.

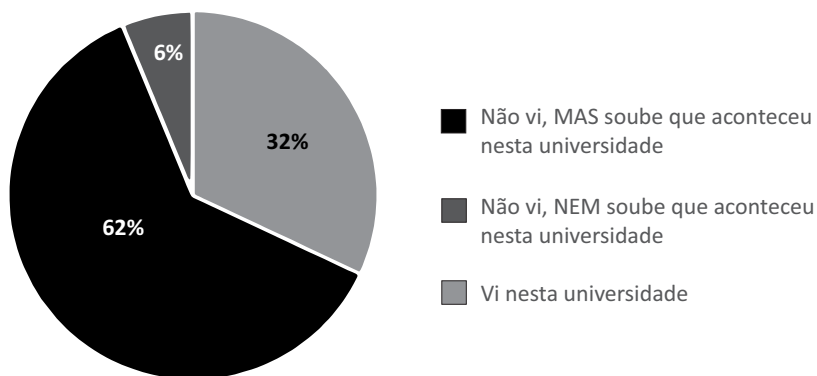
Os cursos de Ciências Humanas e Letras e Artes apresentaram baixo ou nenhum efeito, no entanto, cabe ressaltar que são os cursos com o menor nível de preconceito geral e com a maior proporção de alunas/os que realizaram formação na temática. O mesmo parece se aplicar as/os alunas/os de Ciências Sociais Aplicadas.

O alto efeito da formação nas Ciências Agrárias e Engenharias pode ser entendido a partir da baixa prevalência de alunas/os que realizaram formação específica, e do fato desses cursos não terem disciplinas que discutam a temática. Esse dado revela que o grupo de estudantes dessas áreas que realizaram formação, deve ser composto por alunas/os que ativamente buscam atividades na temática e, portanto, estão mais abertas/os a esses temas.

O efeito médio da formação na área da Saúde é preocupante. Deve ser avaliado a partir do fato de que apesar de apresentarem discussões curriculares na temática, elas ainda devem se dar a partir de uma perspectiva não inclusiva e que pode reforçar o preconceito ao invés de combatê-lo.

32% das/os estudantes relatam que foram informadas/os de atos na Universidade que implicaram em humilhação, agressão física, maus-tratos de um/a aluno/a por ser homossexual (gay ou lésbica), travesti ou transexual. Ainda, 6,3% relatam ter presenciado esse tipo de manifestação. Considerando a orientação sexual, 33,4% da/os aluna/os heterossexuais relatam ter presenciado ou ouvido relatos de discriminação contra 63,7% das/os participantes não-heterossexuais.

Viu ou soube o que aconteceu na universidade humilhação, agressão física, maus-tratos de um aluno/a por homossexual (gay ou lésbica), travesti ou transexual?



Existe uma relação positiva entre o nível de preconceito e a percepção de discriminação. Isso significa que esse tipo de evento pode ser mais frequente na universidade e permanece não detectado.

Por fim, considerando o fato da prevalência de estudantes que se declararam não-heterossexuais ser acima da média e que houve uma maior representação de alunas/os de cursos com menor nível de preconceito, além de menor representação de alunas/os de cursos com maior nível de preconceito, os resultados dessa pesquisa devem estar evidenciando um nível de preconceito inferior à realidade.

O Plano Nacional de Educação anterior (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001) foi falho em relação à educação em gênero e sexualidade. (VIANNA; UNBEHAUM, 2004) No que tange à educação em nível superior, o plano requeria a inclusão de orientações para currículo relacionado à gênero e sexualidade unicamente em cursos para professores/as (licenciaturas), com o objetivo de focar a ação anti-discriminação nos níveis escolares fundamental e médio; prevenindo o preconceito em estágios iniciais. A maior parte das ações em nível superior consistiram em cursos para professores/as em parceria com grupos de pesquisa de universidades. Alguns destes cursos aconteceram em Porto Alegre, onde a UFRGS construiu parcerias com ONG's LGBT locais (NARDI; QUARTIERO, 2012), entretanto, ações direcionadas a estudantes de nível superior permaneceram negligenciadas. Além disso, mesmo as ações direcionadas aos níveis fundamental e médio estão agora em declínio. (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012) Ao mesmo tempo, nos últimos 10 anos, o governo brasileiro tem investido muito nas chamadas “políticas da diversidade” ou “inclusão”. Estas políticas têm como objetivo garantir o acesso ao ensino superior e afirmar a identidade de grupos como pessoas afrodescendentes, indígenas e pessoas com necessidades especiais. Infelizmente, a comunidade LGBT não tem recebido muita atenção dentro do espectro da “diversidade”. (MOEHLECKE, 2009) O novo Plano Nacional de Educação (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014) foi aprovado no ano passado com todas as menções à educação em gênero e sexualidade removidas devido à pressão de deputados representantes da bancada evangélica aliados/as à outras alas conservadoras do congresso, deixando a política de educação brasileira sem nenhum objetivo nacional para políticas anti-discriminação por gênero e sexualidade na próxima década.

Após a conclusão dessa pesquisa, muitas universidades brasileiras garantiram aos/as alunos/as trans (transexuais, travestis, transgêneros) a possibilidade de mudar seu nome e designação de gênero nos registros e documentos da universidade. Isso também aconteceu na UFRGS, em resposta a uma regulamentação estadual que confere às pessoas trans a garantia do reconhecimento do nome social em instituições públicas estaduais e à pressão de estudantes e professoras/es. Entretanto, as políticas acadêmicas devem garantir outros direitos básicos, como a inclusão de várias identidades de gênero em todos os formulários da universidade, adoção de banheiros sem gênero, assim como vestiários e quartos nos alojamentos de estudantes, além de uma agenda anti-discriminação explícita.

Referências:

ARAÚJO, L. Adoção de crianças por casais homoafetivos: um estudo comparativo entre universitários de Direito e de Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v.19, p.95-102, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2015.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em . Acesso em: 27 nov. 2015.

COSTA, A. B.; BANDEIRA, D. R.; NARDI, H.C. Avaliação do preconceito contra diversidade sexual e de gênero: construção de um instrumento. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.32, n. 2, p. 163-172, 2015.

COSTA, A.B. et al. Homophobia or sexism? A systematic review of prejudice against nonheterosexual orientation in Brazil. **International Journal of Psychology**, v.48, p. 900-909, 2013.

COSTA, A. B. et al. Prejudice against non-heterosexual orientations and gender expression in Brazil: validation study of the Revised Version of the Scale of Prejudice Against Sexual and Gender Diversity. **Journal of Homosexuality**. No prelo.

COSTA, A. B. et al. Prejudice Toward Gender and Sexual Diversity in a Brazilian Public University: Prevalence, Awareness, and the Effects of Education. **Sexuality Research and Social Policy**, v.12, n.4, p. 261-272, 2015.

DUNBAR, J.; BROWN, M.; VUORINEN, S. Attitudes toward homosexuality among Brazilian and Canadian college students. **Journal of Social Psychology**, v.90, p. 173-183, 1973.

FLEURY, A.; TORRES, A. Análise psicossocial do preconceito contra homossexuais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.24, p. 475-486, 2007.

KOSCIW, J. et al. The effect of negative school climate on academic outcomes for LGBT Youth and the role of in-school supports. **Journal of School Violence**, v.12, p. 45-63, 2013.

MELLO, L; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos pagu**, v.39, p. 403-429, 2012.

MOEHLECKE, S. As políticas de diversidade na educação no governo Lula. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, p. 461-487, 2009.

NARDI, H. C.; QUARTIERO, E. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, v.11, p. 59-87, 2012.

PEREIRA, C. et al. Preconceito contra homossexuais e representações sociais da homossexualidade em seminaristas católicos e evangélicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.27, p. 73-82, 2011.

RANKIN, S. R. **Campus climate for gay, lesbian, bisexual and transgender people: A national perspective**. New York: The National Gay and Lesbian Task Force Policy Institute, 2003. 68 p.

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v.34, p. 77-104, 2004.

VITAL DA CUNHA, C.; LOPES, P.V.L. **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012. 232 p.